

OS ESTUDANTES INDÍGENAS NO ENSINO MÉDIO DE DOURADOS-MS E O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Vanusa Gabriel Lipú¹; Beatriz dos Santos Landa²

¹ Estudante do Curso de Direito da UEMS, Unidade Universitária de Dourados; E-mail:, bolsista PIBEX-UEMS

² Professora do curso de Ciências Biológicas da UEMS, Unidade Universitária de Dourados; E-mail:bialanda@uems.br

Área Temática da Extensão: Educação

Resumo

O acesso de indígenas aos três níveis de ensino – fundamental, médio e superior- teve um forte incremento a partir da década de 1990, após a promulgação da Constituição de 1988, que garantiu a preservação das práticas de educação tradicionais de cada povo, e na educação formal a interculturalidade, os métodos próprios de aprendizagem, o uso da língua materna, entre outros. A nova sistemática de acesso aos cursos de graduação da UEMS também modificou-se com o uso da nota do ENEM e concorrência por meio do SISU. Por este motivo, está sendo realizado este estudo no município de Dourados visando não somente quantificar os estudantes indígenas no ensino médio mas conhecer um pouco a realidade destes alunos e as relações que estabelecem com os colegas, professores e gestores das escolas situadas na área urbana, ao mesmo tempo em que divulga o novo processo seletivo da instituição para que aqueles que tiverem interesse em prosseguir seus estudos possam escolher os cursos a partir do seu perfil de uma maneira mais qualificada por terem mais informações sobre cada um deles. Os dados até o momento levantados demonstram que nas escolas próximas as aldeias há alunos indígenas, e que estão tanto no ensino fundamental quanto médio, e que estes últimos tem poucas informações sobre o acesso ao ensino superior e nem mesmo conhecem as universidades existentes no município.

Palavras-chave: Índios em escolas urbanas, ENEM e SISU, índios no ensino superior

Introdução

O acesso de indígenas aos três níveis de ensino – fundamental, médio e superior- teve um forte incremento a partir da década de 1990, após a promulgação da Constituição de 1988, que garantiu a preservação das práticas de educação tradicionais de cada povo, e na educação formal a interculturalidade, os métodos próprios de aprendizagem, o uso da língua materna, entre outros. A capacitação de professores índios para atuarem nos níveis iniciais foi apoiado pelo Ministério da Educação/MEC, fortalecido pela LDB 9394/96, e outras legislações próprias.

A implantação do sistema de cotas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, através da Lei Estadual nº 2589, de 26 de dezembro de 2002, publicada no D.O, de 27 de dezembro de 2002 e aprovado pela Resolução COUNI/UEMS nº 241, de 17 de julho de 2003, publicada no D.O. de 1º de agosto de 2003, disponibilizou um total de 164 vagas para estudantes indígenas, que começaram a ser disputadas especificamente por este segmento da população no vestibular de 2003, num total de 1640 vagas, oferecidas pela universidade. Atualmente estão disponíveis 230 vagas aos indígenas. A cota de 10% de vagas especificamente para indígenas pode ser ampliada através de dois mecanismos: o primeiro é a disputa de vagas por indígenas fora deste sistema, e o segundo é a transferência de vagas remanescentes da cota de 20% destinada a população negra.

Neste aspecto, a UEMS foi pioneira ao disponibilizar vagas a estes dois segmentos histórica e socialmente discriminados o acesso a este nível se ensino, ainda excludente, sendo que o sistema de cotas não é consenso entre pesquisadores, movimentos negros e indígenas e entre os próprios beneficiários.

O objetivo desta proposta foi realizar a divulgação da nova sistemática de acesso aos cursos da UEMS aos alunos indígena do ensino médio da cidade de Dourados, com levantamento de suas demandas e interesses com a perspectiva de relacionar estas com a possibilidade de acesso ao ensino superior, fornecendo-lhes informações sobre a dinâmica dos diversos cursos da UEMS que aderiu ao SISU - Sistema Seletivo Unificado que é gerenciado totalmente pelo MEC.

Material e Métodos

Para cumprir o plano de trabalho proposto a metodologia utilizada compreendeu visitas a secretaria municipal de educação/coordenadoria de educação escolar indígena e FUNAI (Fundação Nacional do Índio) para contato com os gestores para obter

informações sobre os estudantes indígenas no ensino médio. Posteriormente foram visitadas escolas na zona urbana que possuem estudantes indígenas identificados em seus quadros e também na aldeia de Dourados para contato com os alunos deste nível de ensino para a divulgação do processo seletivo da UEMS.

Resultados e Discussão

As visitas feitas na Secretaria de Educação de Dourados e na FUNAI demonstraram que há pouca informação sobre a existência dos alunos indígenas fora das aldeias, pois a primeira não dispõe de nenhum instrumento que permita a produção de informações sobre esta questão e a segunda não tem responsabilidade sobre o ensino médio que é do Estado, mas mesmo assim tem algumas ações com este grupo de alunos. Uma delas é o convenio entre a Funai e Caixa Econômica Federal onde são beneficiados 30 alunos do Ensino médio para estágio pelo prazo de um ano, sendo que universitários indígenas dos cursos de administração, ciências contábeis e economia também participam deste convenio. Outro apoio deste órgão foi a inserção da escola da aldeia Panambizinho no Projeto Pro-jovem, direcionado a capacitação de jovens em vulnerabilidade social e econômica por meio de cursos. A FUNAI também disponibiliza transporte para os alunos do Ensino médio e para os universitários indígenas para participarem de alguns eventos.

Foram visitadas a Escola Estadual de Ensino Médio Indígena Guateka Marçal de Souza na aldeia Jaguapiru e a Escola Estadual Presidente Vargas na zona urbana e onde foram localizados dez indígenas que fazem parte dos seus quadros para divulgação do processo seletivo da UEMS para o ano de 2010 que foi por meio do SISU (Sistema de Seleção Unificada) gerenciado totalmente pelo MEC com a escolha por parte dos alunos de até dois cursos em universidades que aderiram a esta nova sistemática de ingresso no ensino superior. A nota é obtida através da prova do ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) e aqueles que obtêm as notas mais altas são classificados dentro das vagas existentes para o curso selecionado. Há que ser destacado que esta concorrência é nacional e que será necessário os responsáveis por este nível de ensino investirem cada vez mais forte na formação destes jovens para que possam acessar os cursos superiores.

Na escola da aldeia que contava com 15 alunos cursando o ensino médio no terceiro ano foi realizada uma apresentação dos cursos ofertados pela UEMS tanto em Dourados quanto nas demais unidades visando qualificar a escolha destes alunos que

tiverem interesse no ensino superior articulando essa decisão com as demandas e alternativas para resolução dos problemas atualmente vivenciados pelos povos indígenas. Houve a divulgação do Programa Vale Universidade Indígena / PVUI do governo estadual que disponibiliza 120 bolsas no valor de R\$ 348,00 para a permanência dos estudantes indígenas da instituição, e que tem contribuído significativamente para que os alunos concluam os seus cursos, pois é um apoio fundamental para minimizar os problemas econômicos apresentados pela grande maioria dos alunos que saem de suas áreas de origem e deslocam-se para os municípios onde são ofertados os cursos de seus interesses. Também foram feitas visitas nas casas de alguns alunos para conversas mais pontuais e de orientação mais direcionada para os seus anseios.

Nestes locais sempre houve uma ótima receptividade tanto por parte dos gestores das escolas quanto dos alunos para que fossem feitas as ações de divulgação e orientação dos alunos para a nova sistemática de inserção no ensino superior da UEMS e para a seleção de cursos mais adequados ao perfil de cada aluno.

Conclusões

Foi constatado que há pouca visibilidade dos alunos indígenas que cursam o ensino médio do município de Dourados, principalmente sobre aqueles que estão estudando nas escolas situadas nas zonas urbanas e que os órgãos responsáveis pela questão não possuem instrumentos que permitam conhecer o quantitativo destes alunos, assim como a situação escolar destes alunos, as relações estabelecidas entre estes e os demais alunos, e com o corpo docente da escola. Detectou-se que não há nenhuma política de ação afirmativa para atender estes alunos nas suas especificidades e não há nenhuma diferenciação para alunos indígenas que estudam fora da reserva. Pode-se afirmar que os alunos indígenas têm o mesmo tratamento dado aos alunos não indígenas. No entanto, há que ser continuada esta proposta de extensão atuando na divulgação do novo processo seletivo da UEMS que aderiu ao SISU e nos critérios de acesso ao ensino superior, mas também realizar pesquisas focadas na identificação dos alunos indígenas estudando na área urbana, a distribuição destes por estas escolas e a situação de cada um neste espaço escolar. É necessário acompanhar a trajetória escolar de cada um, as dificuldades, os sucessos, as motivações, as perspectivas de futuro, enfim, obter informações que subsidiem políticas públicas voltadas para estes jovens.

Agradecimentos

A UEMS pela concessão da bolsa PIBEX, FUNDECT e Fundação Ford por meio do Programa Rede de Saberes.

Referências

GOVERNO ESTADUAL. Lei Estadual nº 2589, de 26 de dezembro de 2002, publicada no D.O, de 27 de dezembro de 2002.

UEMS. Resolução COUNI/UEMS nº 241, de 17 de julho de 2003, publicada no D.O. de 1º de agosto de 2003